

**UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS URBANOS
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2003 - 2010):
PENSANDO O URBANO A PARTIR DA CONFLITIVIDADE**

Autor: Maria Izaura Felipi Manço¹

Filiação institucional: UERJ

E-mail: mariaifm@id.uff.br

RESUMO:

A geograficidade que compõe e dá forma à natureza sócio-geográfica urbana se manifesta por meio dos elementos que constituem os conflitos e com a construção de seus protagonistas. O urbano, produto material e imaterial que se expande com a urbanização se caracteriza pela multiplicidade de elementos que se relacionam. Nesse sentido, tais fatores nos remetem a importância de compreender a formação do urbano à luz da conflitividade, pois cada conflito nos possibilita buscar na formação sócio-espacial reflexões e posicionamentos sobre questões tão latentes na sociedade urbana atual. Pretendeu-se sistematizar e analisar os conflitos urbanos no Brasil no período de 2003 a 2010 no recorte temporal dos primeiros governos do Partido dos Trabalhadores, a partir de dados disponibilizados pela Revista do Observatório Social da América Latina/CLACSO.

Palavras-chave: Geograficidade, Espacialidade urbana, Conflito.

GT – 15: “Território, conflitos e ativismos sociais urbanos”

¹ Licencianda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/Cederj, mariaifm@id.uff.br.

1. INTRODUÇÃO

O surgimento de novas dinâmicas dentro do cenário político da sociedade – que podem romper ou reafirmar certas ordens instituídas – implica na reorganização do espaço regido pela lógica capitalista de acumulação e faz emergir novas movimentações sociais e novos padrões de conflitividade. Na presente pesquisa, fruto dos resultados alcançados pelo trabalho de conclusão de curso, o olhar para a espacialidade do conflito se apresenta com foco para a análise e compreensão das conjunturas atravessadas por tensões e contradições impostas por uma ordem hegemônica. Nessa perspectiva, as particularidades materiais e simbólicas que compõem o espaço urbano, assim como a relação e construção dos protagonismos sociais, se apresentam de maneira relevante para entendimento das dinâmicas dos conflitos urbanos e o que estes representam. Desse modo, este trabalho se debruça em um debate teórico-metodológico já existente na Geografia e tenta compreender a cidade – a qual compõe e dá forma à natureza urbana – a partir da análise da ação social no espaço, ou seja, por meio dos conflitos e ativismos sociais. Isso implica na busca da formação sócio-histórica e territorial do urbano como forma de sistematização dos conflitos, seus protagonistas e as reivindicações que carregam, concreta e subjetivamente.

Partimos da ideia de que os conflitos sociais possuem uma geograficidade, ou seja, estão inscritos no espaço e possuem, portanto, uma espacialidade. Isso nos leva a reconhecer cada espacialidade amplamente como portadora de sentido político, econômico, cultural, estético, simbólico etc. Para compreender a geograficidade dos conflitos sociais no espaço urbano, a incorporação do espaço e das dimensões da espacialidade se torna indispensável, assim como a análise do espaço urbano como condição, meio e produto da reprodução social (cf. CARLOS, 2013). Dessa forma, é preciso destacar a geograficidade do social (cf. PORTO-GONÇALVES, 2006) para entender que é a partir das relações que os sujeitos assumem com o lugar em que vivenciam suas realidades concretas que se constroem esses espaços, “afinal, o espaço geográfico é construído pela relação que os diferentes seres estabelecem entre si na sua materialidade” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 9).

Se partirmos do pressuposto de que o espaço, e o espaço urbano especificamente, vai se moldar com a sociedade e se produzir no mesmo movimento com todas as possibilidades de contradições existentes, o conflito como fator constituinte das relações sociais e de poder, é parte da manifestação concreta das contradições sociais mantidas por qualquer ordem

socioespacial (cf. RAMOS, 2003). Em outras palavras, “o conflito social é expressão das mudanças em ato e, portanto, é a expressão das tensões e contradições da própria ordem social que constitui na própria medida que transforma.” (RAMOS, 2003, p. 2).

De acordo com Ramos (2003, p.5) “a conflitividade nos remeteria às suas condições de possibilidade, isto é, as condições que tornam mais prováveis determinados conflitos do que outros.”. Assim, a conflitividade pode ser compreendida como situação permanente da sociedade e nos remete às condições existentes que vão considerar para além das estruturas, as conjunturas que se impõem pelas escalas de tempo e geográficas. Retomando os argumentos já expostos aqui e ressaltando a relação entre sociedade e espaço, podemos concluir que “os conflitos expressam a dialética aberta dos espaços instituintes” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.19) mantendo ligação direta com o seu lugar de origem, tendo em vista que os lugares carregam a materialidade concreta e subjetiva dos sujeitos sociais.

Atravessando as estruturas sociais formadas por condições da realidade vivida cotidiana, vai ser no contexto desse movimento e a partir dele que irão surgir novas inquietações e questões a serem pensadas, refletidas e reinventadas; que vão afirmar os projetos políticos, possíveis identidades e protagonistas, baseada numa relação indissociável com o espaço em que vivem e/ou reivindicam. São essas experiências que dinamizam a ação social e impulsionam esses protagonistas para o campo dos conflitos e lutas sociais, constituindo os ativismos sociais.

Logo, fica evidente que é necessário ir além das condicionantes históricas – não quer dizer descartá-las ou excluí-las – para pensar o urbano a partir dos conflitos sociais, ou pensar a geograficidade do social, tendo em vista que os conflitos carregam e expressam singularidades de modo a se fazerem caros para o presente estudo. Isto posto, o que se propõe aqui é uma tentativa de atribuir protagonismo às contradições sociais em estado vivo e outras perspectivas para pensar uma análise sócio-espacial por meio dos ativismos sociais incorporados à Geografia. Em acordo com Ramos (2003), considera-se que um estudo a partir da escala dos conflitos sociais tende a uma valorização do tempo curto destacando uma análise do tempo da conjuntura, mas que não deixa relevar a estrutura da formação sócio-espacial, onde os acontecimentos devem ser devidamente contextualizados e, necessariamente, periodizados. Além disso, incorpora a definição das escalas temporais e espaciais, de modo a tornar possível enfatizar e apreender especificidades, informações e abstrações que os conflitos urbanos e, principalmente, os protagonistas, carregam através de suas múltiplas experiências incorporadas

em suas realidades cotidianas, suas articulações e seus ideais.

Atribuir o caráter de protagonista aos sujeitos que compõem os conflitos e as lutas nos coloca a possibilidade de outra perspectiva de produção do conhecimento (cf. RODRIGUES, 2015). Para pensar o protagonismo social é fundamental entender o significado por trás de tal conceito, onde os indivíduos atribuídos de suas subjetividades passam a construir e a compartilhar estratégias de ação coletiva para se colocarem como sujeitos políticos efetivos e isso implica

um complexo processo de construção social de uma identidade coletiva, de um imaginário social, uma subjetividade, formas de organização, manifestação, margem política e econômica de manobra e por fim, o interesse em superar determinada condição social (RAMOS, 2003, p.23).

Entretanto, tomando os conflitos sociais como parte constitutiva das relações sociais e de poder e dando centralidade às lutas e seus protagonistas, torna-se indispensável, para além de explicitar uma ordem hegemônica vigente, pontuar que não é possível a existência de protagonista sem antagonista, e que esses processos instituintes fazem parte de um movimento amplo e total da sociedade que explicita as relações de poder e as lutas de classes. Assim, pode-se falar que “é desse processo crítico e conflituoso que surge a possibilidade do surgimento do novo, da realização de transformações conjunturais e estruturais nas relações de poder e na organização sócio-espacial” (RODRIGUES, 2015, p.243) do urbano.

Podemos compreender a *natureza sócio-geográfica* dos eventos conflituos como processo social inscrito em determinado espaço-tempo. Por este motivo, nos interessa aqui ressaltar os aspectos da *natureza sócio-geográfica urbana* de modo a contribuir para pensar a maneira como tal construção nos permite analisar a dinâmica dos conflitos e ativismos sociais e vice-versa.

A geograficidade que compõe e dá forma à natureza sócio-geográfica de uma formação urbana se manifesta por meio dos elementos que constituem e seus protagonistas, os quais vão carregar consigo os processos e dinâmicas particulares do urbano. Sendo assim, a natureza sócio-geográfica do conflito vai ser identificada através da busca desses elementos e nos processos sócio-espaciais que os constituem, como suas motivações, os protagonistas, antagonistas, as formas de organização e manifestação do conflito.

O urbano pode ser entendido como produto sócio-espacial que se expande por meio do

processo duplo urbanização-industrialização e que se caracteriza por seu caráter aglutinador (RAMOS, 2003) e pela multiplicidade dos elementos que se encontram e se relacionam. É nele o local onde as disputas se materializam e as instituições e práticas entram em tensão; ao mesmo tempo, é o lugar das práticas de resistência, tendo em vista sua construção moldada por uma desigualdade estrutural de apropriação do espaço; e carrega em seu bojo o lócus do poder, da tomada de decisões e, propriamente da política. Tais características nos permitem analisar o urbano sob diferentes prismas ao considerar o substrato material, seus equipamentos e atributos sempre *em disputa*; ao mesmo tempo pensar os múltiplos e contraditórios discursos, representações, significados e ideologias.

A espacialidade dos conflitos pode, portanto, expressar as disfuncionalidades de uma urbanização impulsionada pela monocultura (desde sempre colonial no Brasil) e pela industrialização concentrada e centralizada, ambos processos pautados na concentração dos meios de produção, que sujeita a maior parte da população a vender sua força de trabalho e a vivenciar espaços desiguais e segregados.

Partindo dessas elucidicações, veremos que tais características transformam o espaço urbano em objeto e cenário de muitas movimentações importantes, onde a cidade pode ser espaço de disputas e conflitos, mas também ser receptáculo das ações dos sujeitos que buscam maior visibilidade para questões de outra natureza sócio-geográfica, como conflitos do campo e relativos à povos e territórios tradicionais², onde sua natureza sócio-geográfica pertence ao rural. A partir disso, é possível apreender que certos ativismos e movimentos sociais exercem um uso político e estratégico do espaço urbano, uma vez que os protagonistas podem manter suas manifestações e reivindicações sobre questões que não atingem de forma particular e ou diretamente as dinâmicas e espacialidade do urbano, para ganhar maior notoriedade e atingir seus objetivos. Podem aparecer movimentos que buscam pressionar governantes, órgãos estatais, infraestrutura, direitos humanos, por exemplo, sendo estes considerados ativismos *lato sensu*:

(...) ainda que tais ativismos utilizem de forma estratégica o espaço urbano e estabeleçam vínculos entre suas questões fundamentais com a espacialidade (racismo e segregação sócio-espacial, distribuição espacial dos equipamentos de saúde e educação, por exemplo), a

² Cientes de que a denominação “povos tradicionais” é por si geradora de debate e em alguns casos já substituída pela expressão povos originários.

questão da dinâmica do espaço urbano não funda e constitui o cerne dos ativismos (RODRIGUES, 2015, p. 248).

Particularmente, iremos nos atentar às lutas sociais que colocam em pauta explicitamente as experiências sobre existir e vivenciar a cidade, ou seja, que demonstram uma territorialidade *stricto sensu*, e que dessa maneira, reivindicam diretamente questões relacionadas à espacialidade do espaço urbano. Nesse caso, os protagonistas vão estabelecer um vínculo com as causas das manifestações e os objetivos estarão totalmente aliados às reivindicações para as possíveis alterações das dinâmicas já existentes nesse espaço urbano, que também vai assumir sua categoria de lugar para os sujeitos:

[...] ou seja, são aqueles onde o espaço assume uma centralidade, que funciona como o elemento catalisador da ação social, referência para as identidades e vínculos, condiciona as estratégias e os objetivos da coletividade, afinal, a transformação de sua dinâmica, ou, pelo menos, de parte dela, é o objetivo final da mobilização (RODRIGUES, 2015, p. 248).

É possível encontrar com facilidade as mazelas que estão materializadas no espaço urbano por meio de gigantescas periferias sociais constituídas por favelas, conjuntos habitacionais, bairros precariamente estruturados e habitados por trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda que aglutinam a maioria da população pobre e miserável do continente e que nos remete a tempos de crise societária³.

Uma análise à luz dos conflitos urbanos vai, portanto, nos direcionar a uma série de questões que envolvem a sociedade em que estamos inseridos e nos remeter à importância de compreendê-los, pois extraindo de cada conflito suas particularidades nos possibilita traçar uma análise empírica e buscar na formação sócio-espacial as reflexões e posicionamentos sobre questões tão latentes na sociedade urbana.

Portanto, através da leitura e análise espaço-temporal dos conflitos urbanos, pretende-se extrair elementos que contribuam para pensar a formação do urbano em sua multiplicidade. Sendo assim, propõe-se concretizar os objetivos ao sistematizar e analisar a geografia dos conflitos sociais urbanos no Brasil no período de 2003-2010 a partir das Cronologias de

³ “A crise societária corresponde à fragilização dos processos de socialização e, portanto, de orientações institucionais relacionadas à tessitura das interações sociais, ao compartilhamento de valores e, inclusive, ao uso dos mesmos códigos na comunicação diária.” (RIBEIRO, 2006, p.24).

Conflitos publicadas pela Revista do Observatório Social da América Latina e Caribe (OSAL)⁴.

Tal publicação disponibiliza dados que vão de 2001 a 2012 para o Brasil e demais países da América Latina e Caribe e a escolha deste período que marcam oito anos para compor a análise se justifica para além dos argumentos acima, como pela importância do momento histórico-político que o país vivenciou com os dois primeiros mandatos (2003 a 2006 e 2007 a 2010) do governo do Partido dos Trabalhadores, o primeiro governo reconhecidamente progressista do Brasil.

Metodologicamente, buscaremos a partir dessa leitura, tabulação, classificação e análise de dados das cronologias estabelecer possíveis perfis, tipologias e/ou padrões que ajudem a compreender a formação do urbano brasileiro em suas diferentes dimensões.

Ao invés de uma análise que busca no urbano a raiz dos conflitos, pretende-se uma inversão que é a busca da formação urbana e sua natureza sócio-geográfica em bases conflitivas que evidenciam protagonistas, objetivos e determinados padrões de organização e manifestação. Podemos nos questionar sobre que espacialidade move, orienta o conflito, ou de qual forma podemos melhor interpretar os sentidos dessa espacialidade para compreender o conflito; quais os resultados produzidos a partir das disputas e tensionamentos; como a produção do espaço urbano responde e é, por si mesma, resposta aos processos conflitivos e contraditórios de produção material da sociabilidade urbana. Eis algumas das possíveis indagações.

2. METODOLOGIA APLICADA A SISTEMATIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS URBANOS

Para atender os objetivos deste trabalho, ou seja, compreender o urbano à luz da análise dos conflitos sociais, busca-se aprofundar a metodologia utilizada na pesquisa, tendo em vista, em primeiro lugar, uma produção de conhecimento acumulada e explicitada por autores que

⁴ As cronologias ainda disponíveis na plataforma CLACSO se encontram nas referências bibliográficas deste trabalho, referente aos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. As demais cronologias dos anos anteriores foram obtidas mediante solicitação aos editores.

lidam com análises a partir da escala da ação social, propriamente dos ativismos e movimentos sociais⁵.

Segundo Souza (2007) a Geografia, ao longo do tempo, se dedicou prioritariamente à análise das sociedades e seus espaços a partir de uma “visão de sobrevoos”, o que significa que para a maior parte das análises e dos estudos que se pretendem para esse campo, priorizou-se um “olhar distanciado”, uma escala que parte de um olhar geral, além de uma perspectiva onde o “lôcus de construção discursiva” (que parte dos ambientes dos quais os discursos foram elaborados) e o “lôcus de referência discursiva” (as instituições e/ou dos sujeitos coletivos que se convertem em objeto de conhecimento) é próprio do Estado e do mercado, raramente, dos ativismos e movimentos sociais. Nesse sentido, o autor destaca que as *escalas de análise e ação* se diferenciam, e dessa forma, propõe uma combinação das mesmas, onde um olhar de perto e de longe nos faria avançar, apresentando e mantendo a crítica:

considerar os homens e os grupos “de longe”, sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos de libertação. É desse ângulo que se pode dizer que muitos pesquisadores têm negligenciado (ou banalizado) aspectos importantes do estudo dos produtores do espaço, mesmo nos casos em que abraçam uma perspectiva de crítica social (anticapitalista e de oposição ao Estado capitalista). [...] O que se deseja aqui salientar é que ignorar ou examinar de maneira muito perfunctória as densas teias de significados, emoções e motivações que sustentam as falas dos atores sociais é algo em boa medida contraditório com as exigências de análises e de uma práxis verdadeiramente emancipatórias. (SOUZA, 2007, p.104).

Logo, a metodologia inclui a base de dados escolhida e a forma de sistematização dos mesmos, o que nos remete atenção para um estudo que reafirma e dá foco a ação dos agentes sociais, dos protagonistas, como *produtores do espaço* (SOUZA, 2007) e agentes modeladores do espaço (CORRÊA, 1995) em uma perspectiva outra que não o *olhar do Estado*, como uma escala verdadeiramente humana (SOUZA, 2007).

2.1. Sobre a geração de dados: identificação, sistematização e análise da fonte de pesquisa

⁵ PORTO-GONÇALVES (2006); RIBEIRO (2006), (2009); SOUZA (2006), (2007); RAMOS (2003), (2019); RODRIGUES (2015), (2019), com base nos trabalhos utilizados como referência bibliográfica.

A leitura e classificação dos conflitos sociais urbanos ocorridos no Brasil entre 2003 e 2010 teve como fonte documental as cronologias dos conflitos sociais oferecidas pela Revista do Observatório Social da América Latina e Caribe (OSAL), disponibilizada pela biblioteca do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Dessa forma, a periodização foi estabelecida com base na disponibilidade de dados oferecidos por essa fonte documental.

A sistematização dos conflitos envolve classificação via tabulações realizadas no *software Excel* e periodização como recorte para relacionar e interpretar os dados. A partir disso, pode-se dizer que para este estudo, método e objeto se apresentam de maneira indissociável, uma vez que os rumos da pesquisa dependem daquilo que os dados irão revelar.

As informações sobre os conflitos categorizam por atributo: protagonista, motivação, antagonista, tipo de organização, tipo de manifestação, escala e natureza sócio-geográfica. Para além, as classificações vão categorizar também os estados, municípios, localização e data de ocorrência de cada conflito. Sendo assim, para a construção das tabelas no *Excel* foram atribuídos, para cada categoria na base de classificação, códigos criados previamente, onde cada categoria pensada das citadas acima, corresponde a um número.

Para finalidades desta pesquisa, foi necessário reconhecer os limites com relação a grande quantidade de informações extraídas dos dados para análise e, nesse sentido, estabelecer recortes e filtros para a sistematização de informações a serem analisadas.

O primeiro desses recortes passou pela delimitação dos conflitos classificados como de *natureza sócio-geografia urbana*, por meio da ferramenta filtros do Excel, deixando de lado nesse momento os dados classificados como “rural e como “ambos” (rural e urbano), assim como os conflitos sociais que consideram apenas o uso do espaço urbano como palco político e não como objeto de reivindicação propriamente dito.

Buscou-se delimitar a análise às relações que os protagonistas podem ou não estabelecer com as demais categorias, como com os motivos e formas de organização inseridos em cada conflito. Com isso, certas generalizações e agrupamentos foram feitas para que fosse possível uma sistematização dos dados que fosse coerente, ou seja, que desse conta da proposta apresentada.

Figura 1: Exemplo de classificações realizadas para o ano de 2010

F	G	H	J	M	P	S	W	X
Data	Protagonista	Protagonista	Motivo	Antagonista	Organizacao	Manifestacao	Escala	Natureza
12/04/2010	1	2	3	22	8	1	Local	2
14/09/2010	1	2	1	22	6	X	Local	2
15/03/2010	1	2	3	22	6	1	Local	2
22/03/2010	1	2	3	22	1	1	Local	2
25/03/2010	1	2	3	22	6	13	Local	2
20/06/2010	1	2	3	22	6	1	Local	2
24/05/2010	1	2	3	22	6	1	Local	2
19/10/2010	1	2	17	22	1	1	Local	2
15/03/2010	1	2	1	22	6	1	Local	2
19/05/2010	1	2	3	22	1	1	Local	2
19/05/2010	1	2	3	22	1	1	Local	2
21/10/2010	1	2	X	22	1	6	Local	2
08/04/2010	1	7	3	22	1	6	Local	2
31/03/2010	1	7	17	22	1	6	Local	2
19/03/2010	1	7	3	22	1	X	Local	2
08/06/2010	1	7	3	22	1	4	Local	2
14/06/2010	1	X	3	22	6	1	Local	2
26/03/2010	1	X	3	22	1	X	Local	2
19/06/2010	1	X	3	22	6	X	Local	2
25/03/2010	1	X	3	22	1	11	Local	2
10/06/2010	1	X	3	22	6	4	Nacional	2

Fonte: Tabulação elaborada por Maria Izaura Felipi Manço, com base em dados da Revista do OSAL, 2010.

Na execução da pesquisa, o multisetorial representou as categorias a que não foram atribuídas classificação, tendo em vista que a teoria e a transposição dos dados para a pesquisa não dá conta de traduzir de forma precisa os protagonistas, os “sujeitos de carne e osso” que conduzem e experimentam a ação social.

2.2. Sobre os recortes espaciais e as escalas de análise

Antes de mais nada, é importante ressaltar que é por meio da *manifestação* que ocorrem os conflitos sociais. A manifestação pode ser considerada o “ápice da ação dos protagonistas [...] pois é neste momento que os protagonistas tentam ocupar um espaço na arena política pública para se colocar como um sujeito ativo da construção do devir social” (RAMOS, 2003, p.34).

Na definição da *escala de análise* dos conflitos urbanos identificamos sua *escala de ocorrência*, mas também outras escalas que, combinadas com a primeira, compõem a “política de escalas”, sendo essa a *escala do poder de mobilização* e de *visibilidade*, uma vez que ao tratarmos sobre a escala do conflito, não nos referimos somente à sua área/dimensão de abrangência, mas também à escala da sua importância política, econômica e cultural (RAMOS, 2003).

Com relação a escala de ocorrência, a pesquisa priorizou filtrar a escala das unidades federativas (os estados brasileiros) e para a escala do fenômeno político, dois níveis escalares,

o local (a cidade) e o nacional, buscando estabelecer uma relação entre eles a partir de uma perspectiva múltipla, ou seja, apreender suas influências recíprocas (afinal, a dinâmica do local não é sempre determinada, ou subordinada ao nacional ou global, mas, ao contrário, pode impulsionar transformações nessas escalas), localizando no tempo e no espaço como os processos se condensam e ganham vida, concretude e existência (RAMOS, 2003).

Considerando a perspectiva escalar descrita, tomaremos como recorte espacial para seleção dos conflitos aqueles que tem como motivador ou causa a dinâmica social e o espaço urbano em sua materialidade.

Em vista disso, essa sistematização busca, para além de estabelecer possíveis perfis, classificações, tipologias e/ou padrões, uma representação do espaço comprometida com o reconhecimento dos sujeitos sociais e com os sentidos da ação (RIBEIRO, 2009), na tentativa de abrir caminhos para o entendimento da realidade desses grupos e sujeitos que atuam ocupando, reivindicando, refuncionalizando e ressignificando espaços para construção de novas ou outras experiências de cidade.

3. RESULTADOS

Para propor a compreensão do fenômeno urbano contemporâneo nas cidades brasileiras utilizando como categoria de análise os conflitos e ativismos sociais, se fez necessário buscar na análise metodológica das cronologias publicadas pela OSAL a ocorrência de cada conflito urbano para extrair de suas contradições, seus agentes sociais, suas reivindicações e suas formas intervenção e apropriação dos espaços. Dessa maneira, os dados sistematizados nas tabelas em Excel nos permitem levantar questões sobre o urbano de acordo com a aparição de cada categoria (protagonistas, motivos, organização etc.) nos conflitos coletados.

Entendendo a conflitividade como condição permanente e inerente à sociedade, serão as lutas sociais dos sujeitos que vivenciam um cotidiano marcado pela fragilidade no acesso a serviços e infraestrutura básicos de educação, saúde, habitação, transporte, melhores condições de salário e trabalho, que vão evidenciar uma realidade urbana segregada, na qual prevalecem os desígnios de uma modernização conservadora e a perpetuação de estruturas de poder por ordens hegemônicas e discursos que os legitimam. Para além, os conflitos urbanos, e mais precisamente, seus protagonistas, nos revelam por meio da análise de sua geograficidade possíveis correspondências e padrões de conflitividade, considerando que “as mudanças que

transcorrem nas relações sociais e de poder têm nos conflitos sociais sua expressão privilegiada [...]” (RAMOS, p.5, 2003).

No total, foram sistematizados aproximadamente 2.500 conflitos urbanos, sendo estes filtrados por conterem informações completas de localização/área do conflito.

Tabela 1: Conflitos urbanos classificados nas tabelas do Excel

ANOS	QUANTIDADE DE CONFLITOS URBANOS FILTRADOS
2003	35
2004	83
2005	153
2006	235
2007	544
2008	659
2009	609
2010	369

Fonte: Tabela elaborada por Maria Izaura Felipi Manço, com base em dados da Revista do OSAL, 2003-2010.

Evidentemente, os conflitos sociais são eventos concretos e, por tanto, ocorrem em um determinado espaço. Logo, apreender a escala de ocorrência desses conflitos os torna importante para entender onde se localizam esses protagonistas, suas demandas e articulações, entender como eles podem utilizar o espaço de maneira política para alavancar seus objetivos.

Sabe-se que o urbano é o local onde se concentram as decisões e as tomadas de poder, e a partir disso, esses protagonistas vão utilizar desses espaços a seu favor, e em determinados momentos, de localidades específicas e da quantidade de pessoas presentes, para garantir maior visibilidade no cenário público. Sendo assim, a maior parte dos conflitos urbanos dentro do período de análise foram localizados no estado de São Paulo e no estado do Rio de Janeiro, dentro das capitais e também fora delas, evidenciando um destaque de eventos no Sudeste, tendo em vista sua formação territorial, econômica e política. Em seguida, muitos conflitos

tiveram como palco a capital do Brasil, no Distrito Federal e pode-se dizer que apesar de não ser uma regra geral e existirem reivindicações locais, estes se fazem de exemplos na intenção de buscar visibilidade política e de articulações nacionais, que carregam reivindicações e motivações ligadas ao poder público governamental concentrado em Brasília.

Sobre a escala de mobilização e visibilidade presente nos conflitos, sabe-se que “essa escala política corresponde à relevância social do conflito e revela diferenciados graus de conflitividade e contradições sociais” (RAMOS, 2003, p.24) e, por isso, estão relacionadas com a capacidade de articulação dos protagonistas e o grau de intensidade e importância desses eventos. De acordo com o que foi classificado e filtrado, a escala política local se sobressaiu em relação à escala política dos conflitos considerados nacionais, porém se torna necessário frisar que a leitura desses conflitos pode ser absorvida de maneira que estes se mantenham articulados e relacionados.

O processo de constituição dos protagonistas sociais com a coletividade faz parte do mesmo processo que parte da construção de ideias e reafirmação de valores em comum, além de se basearem em aspectos culturais, referenciais políticos e éticos, os quais dão significado à realidade objetiva dessas pessoas. Nesse ponto de vista, a categoria dos protagonistas se tornou foco de análise na intenção de buscar nos conflitos e nos ativismos sociais seus vínculos com a espacialidade urbana.

Foram identificadas três categorias em evidência dentro das classificações: a dos *trabalhadores do setor público*; a dos *trabalhadores do setor privado* e a categoria dos *estudantes*. Vale ressaltar também a categoria dos protagonistas classificados como *multisetorial*, que têm relevância em termos absolutos e podem ganhar atenção tendo em vista suas particularidades⁶, porém, tal classificação comporta muitas generalizações.

Seguimos com atenção as possíveis relações de correspondência que os protagonistas podem manter com as demais categorias, estas sendo as *formas de organização*, os *motivos e objetivos* e as *formas de manifestação*.

As escalas estão presentes e podem ser observadas nas interpretações das *formas de organização* (quando se tratam de organizações que podem ultrapassar a escala local, por exemplo, os sindicatos), nas *formas de manifestação*, mesmo que seja mais difícil associar uma

⁶ Entende-se que essa chave de classificação engloba uma diversidade de protagonistas de diferentes setores e classes e, portanto, com objetivos e organizações variados e, por vezes, distintos. A partir disso, se torna importante lembrar que dentre esses também existem seus destaques, mas que não podem ser aprofundados no momento.

forma específica de manifestação a um protagonista (quando se tratam de manifestações de ocorrência local com amplitude e causa nacional, como as greves e ocupações) e quando tratamos do *grau de mobilização e intensidade dos conflitos*. Já quanto à escala de abrangência ou ocorrência é mais evidente, uma vez que, em essência, esses conflitos ocorrem no urbano e pelo urbano, logo os protagonistas podem (e vão por diversas motivações) estar associados a questões próprias do lugar de onde emanam.

Ao relacionarmos as 3 principais classificações em que aparecem os protagonistas citados, podemos observar que, em primeiro lugar, os protagonistas que correspondem aos trabalhadores do setor público e do setor privado se relacionam com os motivos, *por condições de salário e de trabalho*, nesta ordem, o que se define como reivindicações por melhores salários e segurança e condições adequadas no ambiente de trabalho, redução da jornada de trabalho e de direitos trabalhistas.

Dentre os outros motivos mais recorrentes nos conflitos estão os por *políticas de direitos humanos, políticas de habitação, condições de trabalho, emprego, políticas de transporte e políticas de educação*.

Para os protagonistas classificados como estudantes, foi possível relacionar aos motivos associados às políticas por transporte e por educação, que incluem a luta por melhores condições de infraestrutura dos transportes e investimentos em educação, como também a redução da tarifa de transporte público e autonomia dos estudantes com relação ao acesso às escolas e universidades e o direito à educação.

Do ponto de vista das *formas de organização*, podemos associar aos trabalhadores do setor público e também os do setor privado, mesmo que em menor grau, aos sindicatos. Nesse caso, as organizações por *associação da sociedade civil* apesar de terem tido o maior destaque quantitativo nos conflitos, não se enquadram de maneira específica em alguma motivação, o que dificulta uma correspondência direta tanto para os trabalhadores, quanto para a categoria dos estudantes, apesar de existirem.

Os protagonistas referentes aos trabalhadores do setor público e do setor privado lançam mão das manifestações por meio das greves e paralisações. O primeiro, em maior grau que o segundo, por razões de regime e contrato de trabalho e condições laborais diante das relações capitalistas a que estão submetidos todos os trabalhadores, criando assimetrias em termos de margem de manobra e de reivindicação dentro da classe de trabalhadores nos diferentes setores.

Já os *atos públicos e passeatas* do mesmo modo que as organizações por *ASC*, também apresentam uma identificação *multisetorial* com os protagonistas, o que dificulta associar essas formas de manifestação a algum protagonista de forma específica. Além disso, os protagonistas trabalhadores do setor público também podem lançar mão das *ocupações de prédios públicos* em situações conjuntas com as paralisações, por exemplo, assim como ação dos protagonistas estudantes também as utilizam ao ocuparem as escolas e universidades.

Por fim, como exposto por Rodrigues (2015, p.244), "quando atribuímos aos ativismos a centralidade do protagonismo, não podemos nos esquecer que não existe protagonista sem antagonista". Dessa maneira, na existência de cada conflito as disputas e contradições entre os protagonistas e seus antagonistas vão necessariamente existir, variando de acordo com as suas atuações e motivações na luta por suas causas. Em se tratando de ativismos e movimentos sociais, a luta por condições dignas de acesso às cidades são travadas "às vezes com o Estado como interlocutor e parceiro, às vezes contra o Estado e, muito frequentemente, apesar do Estado" (SOUZA, 2010, p.197). Nesse caso, foi possível perceber através dos conflitos analisados que o Estado aparece como o principal antagonista.

Ao falar sobre padrões de conflitividade, podemos retomar que os conflitos se expressam no espaço em meio às conjunturas e estruturas impostas por relações desiguais e contraditórias de poder inseridos no modo de produção capitalista e, por isso, é nos conflitos sociais e nos ativismos que podemos encontrar em meio aos embates e tensões concretas, novos ensejos para questionar os processos de segregação e as injustiças em termos de uso, se contrapor aos mecanismos de exploração e expropriação do trabalho, apropriar, ocupar, planejar e viver a cidade de maneira mais justa.

Inegavelmente, a espacialidade que conforma o urbano tem nos conflitos suas características e problemáticas que o envolvem. Segundo a elaboração teórica de Souza (2006) para os ativismos sociais⁷, consideramos pelos menos balizadores, os conflitos sociais "em sentido forte", ressaltando e recortando as situações em que os conflitos têm uma explícita conotação espacial e onde o espaço é fundamentalmente o elemento que dá aderência à relação

⁷ "Os ativismos sociais, como ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras ("vandalismo de protesto"), saques e outras; e, como ações públicas, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária (mesmo organizada) e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e lobbies, em sentido restrito, que tendem a atuar nos "corredores do poder estatal", pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre outras atividades que não propriamente públicas." (SOUZA, 2006, p. 278).

que se estabelece entre os sujeitos que lutam – protagonistas – e a questão que enseja a luta, ou sua motivação.

Os conflitos que evocam em “sentido forte” a espacialidade urbana vão se materializar principalmente nos conflitos por *habitação, mobilidade/ acessibilidade urbana* (que inclui a melhoria dos serviços de transportes públicos e coletivos prestados, seu custo e a infraestrutura de funcionamento), e *acesso à equipamentos de uso coletivo*, que vão desde a distribuição material da rede ao acesso às creches, escolas, hospitais, serviços de água e esgoto, energia, pavimentação, iluminação pública, assim como aos espaços de lazer/cultura.

No tocante à mobilidade urbana, segundo MARICATO (2015), houve um período de ausência de investimentos nos transportes coletivos, que vai aproximadamente dos anos 1980 até 2009, e tornou as condições de mobilidade absolutamente caóticas nas cidades, configurando um dos maiores problemas urbanos atuais no país. Apesar do *boom* das manifestações contra o aumento de tarifa dos transportes coletivos terem ocorrido em 2013, notamos, ao analisar a espacialidade urbana pelos conflitos sociais, que tal situação não se inicia nas Jornadas de Junho de 2013 (JJ-13), mas remonta às condições de mobilidade urbana pelo menos duas décadas antes e o que representa de fato a necessidade de se locomover nas cidades.

Com relação aos conflitos por habitação durante esses anos analisados, observou-se motivações variadas, desde ocupações de áreas públicas e privadas por grupos já antigos na luta por moradia; movimento de moradores contra despejo por reintegração de posse de área que não cumpria função social, ou também por remoção de moradores para obras de infraestrutura da cidade (mesmo em período bem anterior a Copa do Mundo e Olimpíadas); contra falta de compromisso público com a moradia popular, falta de manutenção e infraestrutura dessas moradias para famílias que sofreram com remanejamento de área por vulnerabilidade ambiental, ou que já tinham sofrido com os efeitos de desastres ambientais e se encontravam em situação crítica de moradia.

Os protagonistas dos conflitos urbanos entre 2003 e 2010 que tiveram como objeto de reivindicação as políticas por habitação e por transporte, questionavam de certo modo a ordem sócio-espacial fundada na segregação do espaço urbano, onde a mobilidade, o habitar e o *habitat* estão implicitamente no cerne dessas lutas. As ocupações de imóveis públicos e privados por protagonistas Sem-Teto, moradores de ocupações e periféricos, em conjunto as organizações de ASC, como os movimentos por habitação nas cidades, assim como os

estudantes e os sujeitos que protestam pelo passe livre por acesso e infraestrutura para se locomover, também vão se expressar e se comportar de acordo com o contexto e o lugar de onde emergem.

Ao mesmo tempo, o pano de fundo econômico e político que acompanha esses conflitos se demonstra conveniente, tendo em vista que essas manifestações se acumulam desde os primórdios da formação das cidades brasileiras, e por fim, resultam num quadro de crise urbana⁸ permanente.

Por meio da análise dos conflitos e sua dimensão espacial, buscamos elementos para compreender os processos que caracterizam a realidade das cidades, na tentativa de entender até que ponto o espaço urbano influencia e condiciona a emergência dos conflitos e dos ativismos, por questões que remetem às problemáticas que formam as cidades brasileiras, a exemplo da segregação residencial, das injustiças sócio-espaciais e dos diferentes tipos e graus de exploração nos espaços urbanos.

Todas essas questões colocam em relevo a produção e a organização do espaço pela via da modernização capitalista cunhada na propriedade privada, das políticas neoliberais que foram impulsionadas no Brasil durante esse período e dos rumos do mercado financeiro e imobiliário, que se opõem ao direito à cidade. Ademais, a falta de investimento em infraestrutura para os transportes coletivos nega o acesso a serviços básicos e também se revela na segregação sócio-espacial (SANTOS, 2018), uma vez que esse acesso deveria ser assegurado a toda a população e priorizado às classes mais precarizadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Modesto (2014, p. 89) “conflitos e enfrentamentos de diferentes ordens possibilitam desafios em múltiplas escalas, onde a sociedade civil é o cenário legítimo da

⁸ A crise urbana, por Lefebvre (2016), pode ser enxergada como a crise do “urbano” em sua essência, como forma dissimulada por ideologias e estratégias de classes dominantes, através da intensificação desse urbano.

confrontação de aspirações, desejos, objetivos, crenças e projetos”. Nesse sentido, a necessidade de incorporar o espaço, e especificamente o espaço urbano, se manifesta na urgência de compreender as relações entre sociedade e espaço que se formam simultaneamente em meio às relações estabelecidas de ordem hegemônica e poder. Logo, as contradições sociais que se sobressaem com a análise empírica dos conflitos e ativismos urbanos por meio dos protagonistas sociais, suas motivações, formas de organização e manifestação e escalas de ocorrência e política, nos revelam outras formas de pensar e compreender a espacialidade urbana das cidades brasileiras.

Nesta pesquisa, onde método e objeto se comportam de maneira indissociável, pudemos constatar a partir dos resultados levantados que investigar a formação urbana pelo olhar da geograficidade dos conflitos sociais pode nos revelar disfuncionalidades do urbano, conjunturais e estruturais, que coexistem nas cidades. Portanto, observar a conflitividade social nos ajuda a compreender, para além das estruturas, as múltiplas e variáveis conjunturas que influenciam as motivações e reivindicações dos protagonistas, além das condições que geram as possibilidades para que os conflitos aconteçam.

É por esses caminhos que a pesquisa buscou avançar, contribuindo para a melhor compreensão da importância das lutas urbanas e dos seus protagonistas que se dão, antes de tudo, pelo próprio reconhecimento do conflito como matriz de reflexão das contradições e injustiças constitutivas e constituintes das cidades.

5. REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade contemporânea: segregação espacial*, cap: A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. 1. ed. 2. reimpressão. São Paulo:

- Contexto, 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.
- CRONOLOGÍA DEL CONFLICTO SOCIAL. BRASIL 2007**. Buenos Aires: Clacso, 2007. Disponível em: [Brasil 2007.pdf \(clacso.edu.ar\)](#). Acesso em: 10 set. 2021.
- CRONOLOGÍA DEL CONFLICTO SOCIAL. BRASIL 2008**. Buenos Aires: Clacso, 2008. Disponível em: [Brasil 2008.pdf \(clacso.edu.ar\)](#). Acesso em: 10 set. 2021.
- CRONOLOGÍA DEL CONFLICTO SOCIAL. BRASIL 2009**. Buenos Aires: Clacso, 2009. Disponível em: [Brasil 2009.pdf \(clacso.edu.ar\)](#). Acesso em: 10 set. 2021.
- CRONOLOGÍA DEL CONFLICTO SOCIAL. BRASIL 2010**. Buenos Aires: Clacso, 2010. Disponível em: [Brasil 2010.pdf \(clacso.edu.ar\)](#). Acesso em: 10 set. 2021.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. “A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina”. En publicación: *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. Disponível em: [17porto.pdf \(clacso.edu.ar\)](#). Acesso em: 10 jul 2021.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Itapevi, SP: Nebli, 2016.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a Crise Urbana*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*. 2. ed, 2. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Edusp, 2018.
- RAMOS, Tatiana Tramontani. “A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe”. *Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe*. Programa Regional de Becas CLACSO, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *A cidade neoliberal: crise societária e caminhos para ação*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. OSAL, Observatorio Social de América Latina (Ano VII no. 21 set-dez 2006). Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110408105720/3TorresRibeiro.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.
- _____. “Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano”. In: *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. CLACSO. Buenos Aires - Argentina, 2009. p. 147-156.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. “Geografia histórica e ativismos sociais”. *GeoTextos*, v. 11, n. 1, 2015. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v11i1.12147. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12147>. Acesso em: 7 set. 2021.
- RODRIGUES, Glauco Bruce e RAMOS, Tatiana Tramontani. “A espacialidade dos conflitos sociais: As Jornadas de Junho de 2013”. *Para Onde!?*, v. 11, n. 1, p. 92-104, 20 abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/91799/52668>. Acesso em: 08 out. 2021.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. “Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante”. *CIDADES*, São Paulo, v. 4, n. 6, 2007, p. 101-114.
- _____. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 6ª.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.